

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 28-10-2020.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Professor Wambert e Ricardo Gomes. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 137/20 (Processo nº 0335/20), de autoria de Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/20 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 134/20 (Processos nºs 0316 e 0329/20, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Resolução nº 026/20 (Processo nº 0318/20), de autoria de Mônica Leal. A seguir, foi realizada solenidade alusiva ao transcurso do Dia do Servidor Público, sendo realizada a entrega de diplomas de reconhecimento por tempo de serviço dedicado à Câmara Municipal de Porto Alegre a servidores da Casa. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Mendes Ribeiro, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga e Airto Ferronato. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 013/20 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 020 e 049/20; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 111/18, 005, 019, 021, 026, 030, 086, 092, 096, 115 e 123/20 e os Projetos de Resolução nºs 005, 015, 018, 019, 020 e 023/20. Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às quinze horas e vinte e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e quatro vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Com a presença de 24 vereadores, eu declaro abertos os trabalhos. Saliento que a presença, enquanto não se abrir a Ordem do Dia, pode ser registrada a qualquer momento. Quando da abertura da Ordem do Dia, é o momento em que é anotada efetivamente a presença dos Srs. Vereadores. Como hoje é quarta-feira, é o dia em que nós teremos a Ordem do Dia. Coincidentemente com tudo que estamos falando, nós temos registrado que hoje é o Dia do Servidor Público. (Palmas.) Nós, ouvindo o plenário anteriormente, decidimos realizar a sessão no dia de hoje, alterando o ponto facultativo para daqui a 48 horas, na sexta-feira. Isso atendia, inclusive, algumas ponderações a respeito da necessidade das pessoas que costumam, no dia 2, fazer homenagens aos seus antepassados e que teriam necessidade de se deslocar da cidade; essas seriam contempladas com mais essa possibilidade. Quero informar que durante o transcurso desta sessão, após ouvirmos os Srs. Vereadores, nós temos algumas homenagens a ser realizadas, em que pese grande parte dos homenageados estarem em serviço remoto ou afastados por motivo de saúde – todos são pessoas com idade mais avançada e é compreensível essa situação.

Consulto se tem matéria a ser apregoada.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura das proposições a apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Pujol, V. Exa., em nosso nome, já parabenizou e cumprimentou os nossos servidores públicos, e eu queria lembrar que ontem o nosso Sindicâmara completou 31 anos. Então, eu gostaria que nós pudéssemos homenageá-lo, nesse dia importante, que foi ontem, 31 anos de Sindicâmara, parabéns à sua diretoria, parabéns aos servidores da Câmara Municipal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço à V. Exa. e informo que na data de hoje, conforme a tradição, nós haveremos de distribuir, a dois funcionários, as respectivas homenagens, e eles simbolizarão o grupo que deveria ser hoje homenageado, que é bem mais amplo, mas por estar em resguardo e trabalho remoto, por idade ou por problema de saúde, não pode estar conosco hoje aqui. Então, eu solicito, para início dos trabalhos, que o nosso Mestre de Cerimônias, Sr. José Luis Espíndola Lopes, conduza a chamada dos homenageados.

SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Funcionários que completam 20 anos de serviços, Sr. Lierson Espindola de Godoi.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito ao nosso primeiro vice-presidente, Ver. Paulo Brum, que, por gentileza, faça a entrega do diploma ao Sr. Lierson Espindola de Godoi. (Pausa.)

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Representando os funcionários que completam 25 anos de serviço, Sr. Romeu Victor Costa.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito à nossa vice-presidente, Ver^a. Lourdes Sprenger, que faça a entrega do diploma ao Sr. Romeu Victor Costa. (Pausa.)

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ainda que singela a homenagem, ela traduz o reconhecimento da Casa aos seus colaboradores que ao longo de vários anos vêm aqui morejando, trabalhando, contribuindo para que a Casa cumpra os seus objetivos. Então, aos nossos dois colegas, que receberam as homenagens em nome do grupo todo, eu rendo também as homenagens da Mesa, dizendo a eles que eles são um belo exemplo a ser seguido por aqueles que hoje aqui convivem ou com aqueles que, por alguma razão ou outra, aqui não estão, mas que certamente estarão assim sejam removidos esses obstáculos sanitários que hoje obstam que esta Casa tenha a possibilidade de se reunir, por exemplo, no seu Plenário Otávio Rocha, mas, mesmo assim, há condições de se reunir neste local onde estamos cumprindo com as nossas obrigações. Meus cumprimentos aos nossos colegas e a certeza de que eles representam muito bem os demais parceiros da atividade que não estão conosco hoje aqui, que, se estivessem, seriam devidamente homenageados. Parabéns!

De imediato, consulto a Diretoria Legislativa se nós temos pauta a ser desenvolvida hoje.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Os vereadores Cláudio Janta e Mendes Ribeiro pedem tempo de liderança.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Obrigado, Sr. Presidente, eu queria saudar todos os servidores públicos, principalmente servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre, em nome do meu pai – Alfredo Dutra da Silva, funcionário público do Estado do Rio Grande do Sul -, e saudar todos os servidores.

Eu queria usar o tempo de liderança do meu partido para falar de um tema que está passando à margem desta Casa e um tema que vem nos chamando atenção. Eu tenho dois projetos na Casa que regulamentam a questão dos contêineres de lixo, questão do recolhimento do lixo e estranhei ver um edital da Prefeitura de Porto Alegre para o dia 16 de novembro de 2020, um dia após as eleições, um edital da Prefeitura para rever toda a questão do lixo em Porto Alegre. Um edital em que a Prefeitura não espera o resultado eleitoral para ver se está a atual gestão apta para fazer isso, e chama no dia 16 de novembro, um dia após as eleições. Eu acredito que isso, como é um edital para os próximos anos, deveria ser encaminhado pelo futuro prefeito em conjunto com o atual prefeito, se houvesse a necessidade. Mas um edital onde aparentemente as normas se tornam ilegais, um edital em que faltam a revisão e a previsão que consta no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme a Lei nº 12.305 de 2010, que não constam nesse edital. A validade técnica e econômica do edital também não consta. Para os pares terem uma ideia, tem 17 artigos que são sobre letras nesse edital, que não preenchem os requisitos necessários de uma licitação, não preenchem os requisitos necessários para uma necessidade da população de Porto Alegre, seja ela econômica, ambiental e até de saúde. Esse edital não prevê a validade técnico-econômica, não pede os atestados de capacidade técnica, não tem critérios bem claros, não tem a limitação do tempo, não exige a capacidade técnica e profissional e ainda não trata... Hoje em dia a gente sabe que questões importantes, como saneamento, infraestrutura, são feitas através de consórcios. A Prefeitura mesmo fez um leilão da energia elétrica aberto para consórcio e esse edital da licitação para o lixo de Porto Alegre, que a Prefeitura coloca para o dia 16 de novembro, nem a participação de consórcio permite e a Prefeitura ainda aumenta a vida útil dos caminhões descaradamente. Hoje, a vida útil dos caminhões que estão em atividade é em torno de cinco anos, e a Prefeitura ultrapassa isso, deixando altamente liberado.

Então, o estranhamento é desse edital estar previsto para o dia 16/11/2020. Isso é inadmissível. Nós encaminhamos, Sr. Presidente, alguns pedidos de informação para o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, encaminhamos o nosso repúdio a tudo isso, recorreremos ao Tribunal de Contas e já encaminhamos, através do meu gabinete, um pedido de audiência pública para discutir essa questão, porque é inadmissível não respeitar a questão dos regimes sólidos, o atestado de capacidade técnica, não ter critérios claros, não ter a capacidade técnica, profissional, exigida, jogando todo o lixo da cidade de Porto Alegre numa total irresponsabilidade. Para uma gestão que caberia ao futuro Prefeito, à nova administração do Município de Porto Alegre, não se pode fazer uma licitação de um tema tão importante... Nossa cidade, por muito tempo, penou em relação a essa questão do lixo. E também solicitamos que a Mesa, o colégio de líderes, peça o comparecimento do secretário da FASC e do Diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana. A nossa cidade tem 13 candidatos para prefeito, vai eleger o futuro prefeito no dia 15 ou no dia 29 de novembro de 2020, e não pode apresentar um edital de uma coisa que está funcionando, um serviço que está dentro do seu prazo, para o dia 16 de novembro de 2020.

Então, nós viemos aqui, em nome do nosso partido, levantar esse tema para ser discutido por esta Casa, assim como os pedidos de informação e de providências, que já apresentamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente Pujol, colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, primeiramente quero saudar os servidores públicos pelo dia de hoje, deixo meu carinho e o meu respeito a todos eles, e, em segundo lugar, em nome do Democratas, do nosso partido, eu queria levantar uma preocupação que tenho em relação ao projeto que está na pauta, sobre a logística reversa. Eu não sou contra a política de logística reversa. Todos nós queremos um meio ambiente melhor, mais equilibrado, pois, com certeza, isso implicará numa melhor qualidade de vida das futuras gerações. O que me chama a atenção é a forma como foram feitos e redigidos esses projetos. Penso eu que, no mínimo, deveríamos ter umas cinco sessões de adiamento, para que a gente pudesse conversar, dialogar, propor alterações aos projetos, para que a gente possa, de fato, melhorar os projetos. Hoje a gente vive uma grande crise sanitária, da crise sanitária vêm as crises econômica, social, as empresas estão passando muita dificuldade, e esses projetos de lei que hoje estão na pauta extrapolam totalmente a legislação federal, ou seja, eles oneram demais os comerciantes, os fabricantes, e eu não vejo sair esse valor da taxa de lixo. Eu fico muito preocupado, ainda mais com as penas draconianas que tem nesse projeto, que são pesadíssimas para os comerciantes e fabricantes. Eu vejo que tem as emendas no projeto que melhoram as condições dos catadores, mas não garantem esse direito. Então, eu peço aos colegas vereadores – eu queria estar no plenário, para que a gente pudesse discutir e conversar sobre isso – que tenham sensibilidade, para que a gente possa adiar esses projetos todos por, no mínimo, umas cinco sessões, para que a gente possa, de fato, estudar, ver alguma coisa que mude esse projeto. Eu tenho muita preocupação com esse projeto, porque encarece demais para os comerciantes, os fabricantes, e isso vai pesar em quem? No consumidor, como sempre. Fica aqui o meu registro, Presidente Pujol, o meu pedido aos meus colegas vereadores para que a gente possa, de fato, rever esse projeto com mais calma, com mais atenção e com todo o cuidado que o projeto merece, com respeito e responsabilidade, porque o meio ambiente, sim, é uma questão extremamente importante para todos nós e, como eu digo, para a futura geração da nossa cidade. Presidente, uma boa tarde de trabalho e um forte abraço a todo mundo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): V. Exa., no devido momento, será atendido, e levaremos em conta o requerimento verbal que V. Exa., da tribuna, realizou.

Antes de passar a palavra para os novos vereadores inscritos, eu quero assinalar que, por solicitação do Ver. Sossmeier, presidente da comissão julgadora que analisa o processo de *impeachment* do senhor prefeito municipal, o mesmo nos pede que informemos à Casa, para que fique registrado nos anais, a abertura de processo SEI para vista dos vereadores que, eventualmente, tenham interesse em aprofundar os seus conhecimentos a respeito do processo de *impeachment* do prefeito Marchezan. Feito o registro, atendido o Ver. Sossmeier, que está se dedicando com muito afinco à tarefa para a qual foi designado.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, colegas vereadoras e vereadores, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, eu vou demonstrar aqui como o prefeito mentiu, o secretário de políticas estratégicas é o campeão das mentiras e como alguns jornais da capital mentem. As senhoras e os senhores sabem que eu, várias vezes, vim aqui e, de público, coloquei que tinham passado a mão no dinheiro do Funmercado. Aqui nesta Câmara, tem cinco vereadores, e havia um outro colega assessor, que foram secretários municipais da Produção, Indústria e Comércio. O Funmercado foi instituído por lei, e vejam que, em cinco anos, o Funmercado R\$ 18,9 milhões, e a Prefeitura pegou R\$ 5,4 milhões e usou em outras coisas. Ilegal! Nós já tínhamos levado essa questão no processo que eu construí, paulatinamente, e levei ao Ministério Público de Contas do TCE e ao TCE, com 20 mil assinaturas debaixo do braço, e que deu ganho de causa à nossa peleia, à nossa luta, para que o Mercado Público continuasse sendo mercado bem público, de uso especial – ele foi feito para ser mercado público, e assim deve ser. Eu já tinha dito que, recentemente, com a visita do coordenador do mercado público de BH, que veio aqui e explicou... Uma coisa não tem nada a ver com a outra, são formatações jurídicas completamente diferentes! E o secretário veio nesta Casa e mentiu. Nós tivemos audiências públicas aqui, tivemos uma grande no Araújo Vianna, e todo o tempo nos omitiram sobre o Funmercado. Eu estou resgatando ponto por ponto, porque, desta vez, eu vou às últimas consequências para que, inclusive, o atual titular do Paço Municipal seja eliminado politicamente, institucionalmente, porque tudo que ele tem feito em relação ao Mercado Público é uma afronta à nossa legislação, é uma afronta ao povo e aos cofres públicos! Onde foram parar os R\$ 5,4 milhões? Isso é o que nós queremos saber. Indo ao mercado público, a gente vê a deterioração de várias coisas. Quem paga, quando uma tampa do bueiro quebra, são os mercadeiros. Quando alguma coisa se desloca, é o caixinha da associação que paga. E como é gasto o dinheiro do Funmercado? Esse é o grande problema! Nós estamos desvendando dia a dia, o prefeito vai para imprensa e tem gente que alardeia o que a imprensa mentirosa diz e repete, e o prefeito repete no programa de televisão, no horário eleitoral, achincalhando a Câmara de Vereadores. A mim não! A mim não! Eu tenho história, eu tenho lutas pela cidade, e não será esse prefeito, o pior de todos os

tempos, que vai tisanar, macular a nossa história. Não mesmo! Porque isso aqui, senhoras e senhores, será levado adiante e às últimas consequências. Senhoras e senhores, esta é a realidade e a verdade sobre o Mercado Público, sobre o Funmercado, sobre a cidade de Porto Alegre. O resto é *fake*, é mentira, é grosseria, é inaceitável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa reunião virtual. Queria, neste Dia do Servidor Público, prestar a nossa homenagem, a nossa gratidão neste dia tão especial em que nós percebemos a importância do servidor público, mas que, infelizmente, o governo municipal não percebeu durante quatro anos essa dedicação e o resultado que ele oferece em serviços para a população. Infelizmente, durante esses quatro anos, o governo Marchezan perseguiu o servidor público. Se nós formos procurar uma marca do governo Marchezan, uma delas é a perseguição ao servidor público, com a retirada de direitos conquistados ao longo de uma década e, mais do que isso, a precarização dos serviços com a demissão de centenas de servidores públicos, muitos deles concursados, como aconteceu na saúde, mais precisamente no IMESF, com a prova seletiva e que, por uma questão de direito constitucional, deveriam estar ainda trabalhando. Mas a perseguição do prefeito com a terceirização da Atenção Básica foi querer demitir todos os servidores, servidores do IMESF, por isso perdeu na Justiça e, agora, com a liminar, só poderá fazer algo semelhante no dia 04 de dezembro. Nós, da Câmara, não vamos deixar ele fazer, porque, com o projeto que está tramitando na Casa, esses 1.200 e poucos trabalhadores restantes serão, com certeza, absorvidos pela Secretaria Municipal de Saúde com os cargos de extinção. O programa continuará no próximo governo, independente de quem quer que seja, pode ser uma outra modalidade, uma outra discussão, mas esses servidores não podem ser demitidos por força de lei federal. Portanto, eu fico até agradecido por todos os vereadores que assinaram o projeto, tenho certeza de que os que não conseguiram assinar vão votar favoravelmente, mas, mais do que isso, os três candidatos que apontam para o 2º turno já se manifestaram politicamente de que são contra a extinção de emprego e que são a favor da continuidade do programa. Por isso é um alento, é um gesto singelo de reconhecimento, nobre Presidente, e V. Exa., inclusive, abre a possibilidade de uma audiência pública agora, no dia 11 de novembro, onde será debatido esse tema tão contundente e preocupante aqui com a Câmara de Vereadores. Nesse sentido também queria dizer que o governo Marchezan foi a maior decepção dos porto-alegrenses. Não é por acaso que ele tem a maior rejeição; não é por acaso que está lá em 4º lugar, mas é uma questão de resposta. Nós percebemos que o povo na rua está dizendo: “Nós queremos a mudança.” E a mudança significa alguém

que olhe para a cidade, que não precarize os serviços lá na ponta, a saúde, a educação, a assistência, o transporte público e tantas coisas que são de função do poder público. Infelizmente, nesta gestão, como disse o nobre colega Ver. Adeli Sell, líder da nossa bancada: “Foi o pior da história de Porto Alegre”. Portanto, o prêmio que Marchezan vai receber é a volta para casa. Esse é um gesto da população que, com certeza, se efetivará nesta eleição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. É uma máscara para respirar e outra para falar. É uma satisfação, Ver. Idenir Cecchim e demais colegas, meu querido vice-presidente, Ver. Paulo Brum. É a primeira sessão presencial, com a possibilidade de os colegas acompanharem de forma remota, que eu participo. Passei, Ver.^a Cláudia Araújo, pela Covid, graças a Deus, sem sintomas, tanto eu como minha esposa. Ela, como é nutricionista clínica, teve um pequeno sintoma gripal, foi fazer um exame, detectou. Eu, logo em seguida fiz, também positivei. E aí, logicamente, mesmo sem sintomas, nos resguardamos, Ver. Hamilton, por 14 dias, Ver. Oliboni, como é preceituado para não colocar ninguém em risco. Mas o meu filho que mora conosco não teve Covid; a nossa empregada, secretária do lar, foi dispensada e não teve. Não é brincado! Não acontece com todo mundo, Ver. Bosco, passar assim de uma forma tranquila. Então, precisamos cuidar, sim, porque não é uma gripezinha! Para uma boa parcela da população realmente não dá sintomas, mas há muitas pessoas que têm sérios problemas. Então, é uma satisfação muito grande poder estar retornando ao plenário desta Casa, ao convívio dos colegas. Eu gostaria de abordar aqui um tema que a grande maioria dos colegas que estava na reunião do nosso chamado comitê de crise, componentes da Mesa mais os líderes, acompanhou ontem sobre a discussão da nossa peça orçamentária – vejo vários colegas aqui da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Decidiu o comitê de crise, composto pela Mesa e os líderes, devolver ao Executivo municipal a proposta de Lei Orçamentária Anual para readequação, tendo em vista que, por parecer da Procuradoria da Casa, a Lei Orçamentária Anual veio, Ver. Prof. Alex, descumprindo a recente Emenda Constitucional nº 108, que alterou o art. 212 da Constituição, que determina que não podem mais ser apropriados, no limite de despesas com educação, os gastos com a previdência, ou seja, os aposentados da área da educação não podem mais, Ver. Adeli, ser alocados como despesa de educação. Realmente isso gera um transtorno para Porto Alegre – são R\$ 300 milhões que terão que ser realocados como recursos novos para a educação e, os recursos que pagavam então os aposentados vão ter que ser separados, com uma rubrica específica da previdência. Só para dimensionar o tamanho do problema, no governo do Estado são R\$ 2,5 bilhões. É verdade que articulações do Congresso Nacional já se movimentam,

Presidente Pujol, para que isso seja revisto ao longo do ano que vem, mas, enquanto não for revisto, nós não temos como aprovar uma peça orçamentária, aprovar a Lei Orçamentária Anual em desacordo com a Constituição. Eu até queria... Já falei com o presidente – ele mesmo vai corrigir a informação. O Jornal do Comércio, hoje, noticiou que a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ teria feito um parecer pela devolução – isso não corresponde. Os colegas que participaram ontem da reunião... Eu participei como líder do PTB, fui citado como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas não chegou a ser apreciado, Ver. Idenir, pela CCJ, mas a Procuradoria da Casa apontou inconstitucionalidade ou o não atendimento à Constituição; portanto, a não possibilidade de tramitação nesta Casa, enquanto não for corrigido. Alguns chegaram a perguntar se a CEFOR não poderia apontar isso e ser corrido? Não, porque a elaboração da peça orçamentária não é atribuição do Legislativo. O Legislativo debate, emenda, vota, aprova ou reprovava; nós não somos os autores da peça orçamentária que precisa, sim, chegar aqui de uma forma que cumpra toda a legislação, mesmo com as dificuldades impostas, temos tido aprovado agora há pouco. Então, nós queremos que isso não vire mais uma guerra, porque alguns vão dizer que seria picuinha, que estão querendo afrontar o Executivo; não, muito antes pelo contrário, nós queremos cumprir a nossa atribuição, dentro do que preceitua toda a legislação vigente, em especial a Constituição Federal; queremos que o Executivo logo faça a correção para que então possamos debater, discutir, emendar e votar o orçamento para o próximo exercício que será em 2021. Obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pelos nossos canais virtuais. Eu gostaria de fazer uma saudação especial para todos os colegas servidores públicos em todas as esferas, que prestam um serviço público principalmente à população que mais necessita, de saúde, de educação, da assistência social, sem esses servidores, há o desamparo total e completo das pessoas mais vulneráveis da sociedade, portanto, faço aqui o nosso agradecimento pelo seu trabalho e a nossa valorização. Eu falo também em nome dos meus colegas de bancada do PSOL, Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Karen Santos. Gostaria de dar uma pequena continuidade à fala do Ver. Cassio Trogildo, que muito lembrou a emenda constitucional que desvinculou os cálculos previdenciários, ou seja, dos professores aposentados dentro das receitas e despesas da área da educação nas leis orçamentárias. Eu uso esse gancho justamente para reforçar a ideia de que o prefeito desta cidade e o secretário de Educação são grandes mentirosos. Divulgando que a média salarial dos professores é de R\$ 11 mil, eles mentem descaradamente. Primeiro, ou eles estão mentindo nos seus pronunciamentos, ou o Portal da Transparência é mentiroso, e as duas formas são graves. O que o Executivo vem

fazendo: mentir para as pessoas, vendendo a falsa ilusão de que os professores desta cidade são abastados, é grave ainda mais em horário político eleitoral gratuito, porque estão fazendo isso com os recursos do povo, da população. Segundo, se estão mentindo no Portal Transparência, que indica a média salarial que não chega a R\$ 6 mil, estão mentindo lá, num canal de comunicação que deveria prezar pelo total e completa verdade, porque ali a população pode acessar os recursos que a população empenha em todas as áreas.

Eu gostaria também de manifestar a minha preocupação com relação ao momento em que a saúde do nosso Município se encontra. No início desta semana, a Prefeitura divulgou o índice de ocupação dos leitos da capital em torno de 86% de ocupação! E o Hospital Moinhos de Vento contava com uma ocupação de 92%. Ontem, já tinha atingido a totalidade dos leitos ocupados, ou seja, num espaço muito curto de tempo, nós tivemos um salto de ocupação dentro dos nossos hospitais. Associado a isso, apontamos uma gravidade, que pode piorar ainda mais esse quadro, que é a reabertura das escolas, em especial as escolas municipais que não tem as mínimas condições de funcionamento, não há segurança para os professores, para as professoras, para os estudantes e para as suas famílias, mas, mesmo assim, o secretário de Educação desta cidade dá o aval, assina no canetaço para as direções, que já manifestaram a impossibilidade de reabertura, por quê? Muitas dessas escolas não conseguem abrir as janelas das salas de aula, que é um dos pré-requisitos, a ventilação natural é um dos pré-requisitos para cumprir o que determina o decreto do prefeito, não podemos ter ar forçado, não podemos ter ar-condicionado, não podemos ter ventiladores, tem que ser corrente de ar natural. Se as janelas estão emperradas, e a direção aponta isso, o secretário abre uma sindicância para a direção, Ver. Oliboni, foi o que aconteceu com a escola Martin Aranha, apontaram uma série de problemas que a Prefeitura precisava corrigir e, mesmo assim, o secretário colocou uma sindicância para cima da direção. Se isso não é assédio moral, eu preciso novamente rever o que dizem os dicionários ou talvez precisemos reformulá-los porque essa é a essência do assédio moral, é dar ordens que não podem ser cumpridas dentro do regramento que estabelece ali as mínimas condições de prevenção a essa doença terrível que está preocupando a todos nós. Eu gostaria também de manifestar a minha preocupação com relação ao projeto que está priorizado em primeiro lugar, um projeto que permite o licenciamento ambiental por adesão e compromisso. Então, a pessoa que quer abrir um negócio, uma pessoa que quer empreender na nossa cidade pode se cadastrar junto à Prefeitura e se autoliciar. Eu, pensando nas pessoas - eu sou professor de biologia, formado na área das ciências da natureza -, que se preocupam com segurança, se essa moda pegar e for aprofundada, talvez, daqui a pouco, tenhamos o autojulgamento de pessoas que estão aguardando a demora da justiça. Daqui a pouco, temos um empresário, uma empresa, um conglomerado que pode se autoliciar. Se uma pessoa está reclusa no sistema prisional, Ver. Oliboni, e nós aprofundarmos esse debate e concedermos a possibilidade de autojulgamento, essas pessoas poderão se declarar ou se julgar culpadas ou inocentes. E isso é muito preocupante, porque existem algumas atividades consideradas de médio impacto que podem prejudicar bastante a nossa cidade, caso prospere essa

iniciativa. Eu listei algumas delas que gostaria de debater ao longo da discussão do projeto. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu querido Presidente Pujol, abraço a V. Exa., aos nossos colegas homens e mulheres, amigos vereadores e vereadoras, abraço a quem nos assiste. Eu quero falar aqui em nome do PSB, em meu nome e em nome do nosso parceiro Ver. Paulinho Motorista. Hoje é o nosso dia, o Dia do Servidor Público, e é por isso que estou me inscrevendo para trazer um abraço, levar um abraço fraterno a todos os colegas servidores estaduais, federais e municipais. Eu tenho a honra de ter sido servidor público desde 1975, trabalhei na União, no Estado e no Município. Tenho registrado aí para trazer o meu abraço a todos que nesses tempos de pandemia, essencialmente, e entre todos os tempos, nós servidores, com nossas atividades, salvamos vidas, nós, servidores, fortalecemos a soberania e a democracia do país, salvamos vidas, educamos as nossas crianças, cuidamos da segurança pública, formamos profissionais, fiscalizamos e buscamos recursos públicos e atuamos para que as leis sejam cumpridas, todos nós. É por isso que trago aqui o meu abraço e quero registrar que, mesmo assim, a reforma administrativa que se apresenta no Congresso Nacional fere mortalmente as nossas atividades, os nossos direitos e a segurança de uma atuação pelo Estado e não pelo governo. Na União, nos Estados e nos Municípios, as propostas e projetos de lei que foram apresentados, alguns aprovados e outros não, outros ainda em discussão, todos eles, em nível de União, de Estado e de Município, buscam retirar conquistas históricas dos servidores públicos. É por isso que eu estou aqui para trazer um abraço e dizer que precisamos de vozes nas tribunas, precisamos de parlamentares comprometidos com o setor público, com o serviço público e com o servidor público, em nome de um bom trabalho para toda a sociedade. Portanto, meus colegas servidores e servidoras, um abraço a todos, parabéns e cumprimentos pelo nosso dia. Um abraço a todos vocês e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Cumprimento V. Exa. e agradeço pelo pronunciamento.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0304/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 013/20, de autoria dos Vers. Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Luciano Marcantônio e Paulo Brum, que institui o Fundo Municipal Especial para aquisição de vacinas ao enfrentamento da Covid-19. (SEI 026.00041/2020-32)

PROC. Nº 0057/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 020/20, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que determina que estabelecimentos comerciais devem informar, por meio de cartaz exposto de forma visível e legível, quando o período para o término do prazo de validade de seus produtos for igual ou inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua oferta ao consumidor. (SEI 023.00003/2020-82)

PROC. Nº 0131/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 049/20, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Sport Vida. (SEI 037.00072/2020-82)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1250/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 111/18, de autoria do Ver. Guilherme Paradedda, que determina que as escolas da rede municipal de ensino deverão disponibilizar aulas de defesa pessoal e de artes marciais, nas modalidades jiu-jítsu, judô, *tae kwon do*, caratê, *muay thai* e outras similares. **Com Substitutivo nº 01.** (SEI 99947.000002/2018-13)

PROC. Nº 0022/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que denomina Rua João Gilberto Noll o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestre Quatro Mil e Sete, localizado no Bairro Nonoai. (SEI 022.00012/2020-74)

PROC. Nº 0059/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 021/20, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Carlos Rafael Guimaraens Filho. (SEI 041.00012/2020-55)

PROC. Nº 0249/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 096/20, de autoria do Ver. Paulo Brum, que cria o Programa Paraoficina Móvel no Município de Porto Alegre. (SEI 044.00013/2020-05)

PROC. Nº 0267/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/20, de autoria do Ver.

Ramiro Rosário, que concede o Diploma Honra ao Mérito à empresa Pontual Locação de Espaços Compartilhados Ltda, conhecida como Nau Live Spaces. (SEI 197.00021/2020-81)

PROC. Nº 0274/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Paulo Afonso Pereira. (SEI 197.00024/2020-15)

PROC. Nº 0281/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Floresta de Comunicação Comunitária, conhecida como Associação Cristóvão Colombo. (SEI 197.00025/2020-60)

PROC. Nº 0240/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 092/20, de autoria do Ver. Paulo Brum, que determina a prioridade de atendimento a pessoas idosas nos serviços de *delivery*. (SEI 023.00011/2020-29)

PROC. Nº 0056/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 019/20, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que denomina Orla José Augusto Corrêa Roth a faixa de terra limítrofe entre a Av. Guaíba e o Lago Guaíba, compreendida entre o imóvel em que está instalada a Sede do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco-RS) e a Av. Copacabana, no Bairro Vila Assunção. (SEI 035.00011/2020-17)

PROC. Nº 0065/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/20, de autoria da Ver^a Karen Santos, que inclui a efeméride Dia Municipal da Dança Afro brasileira no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 18 de agosto. (SEI 152.00004/2020-89)

PROC. Nº 0072/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 030/20, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, inclui a efeméride Dia Municipal do Veterano das Forças Armadas e Auxiliares no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de maio. (SEI 025.00013/2020-16)

PROC. Nº 0222/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 086/20, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que permite aos profissionais da saúde que especifica o estacionamento em vias públicas, com isenção de pagamento, nas vagas destinadas à Área Azul, durante a vigência do estado de calamidade pública decretado no Município de Porto Alegre em face da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19). Com Emenda nº 01, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger. (SEI 043.00017/2020-86)

PROC. Nº 0294/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/20, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Jose de La Cruz Benitez Santa Cruz. (SEI 032.00011/2020-10)

PROC. Nº 0305/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 123/20, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que denomina Rua Fernando Esbroglio o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis – Loteamento dos Ferroviários –, localizado no Bairro Humaitá. (SEI 053.00011/2020-07)

PROC. Nº 0084/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Amigos da Casa da Música. (SEI 022.00043/2020-25)

PROC. Nº 0290/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede a Comenda Porto do Sol à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). (SEI 197.00026/2020-12)

PROC. Nº 0302/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/20, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor André Silva Damasceno Ferreira. (SEI 032.00012/2020-64)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, passamos à verificação de quórum para a entrada na Ordem do Dia. (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h20min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, eu gostaria de fazer um requerimento solicitando que o PLE nº 036/19, o PLCE nº 012/20, o PLE nº 015/20, o PLE nº 016/20 e o PLE nº 014/20 - que estão em priorização em regime de urgência -, sejam retirados da priorização para que nós possamos fazer uma discussão mais aprofundada porque o assunto é muito sério e impacta na nossa cidade de forma muito grave, isso não pode ser discutido neste momento. E como há outros projetos também em regime de urgência, que trancam a pauta, podemos discutir esses outros projetos de lei. Obrigada.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Consulto a nossa Diretoria Legislativa se, estando a matéria em regime de urgência, existe algum impedimento de que se acolha esse requerimento.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, informo que é possível a vereadora requerer a retirada dos projetos da priorização. O requerimento deverá ser submetido à votação em plenário.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Perfeito. Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Penso que as manifestações que ocorreram antes justificam plenamente que haja um estudo mais aprofundado dessa matéria. Como essa matéria está parada na Casa há muito tempo e passou, há poucos dias, por audiência pública, eu entendi que deveríamos colocá-las exatamente para que os vereadores, na sua soberania, deliberassem sobre a conveniência de votar agora ou não, porque, indiscutivelmente, essa matéria deverá ser enfrentada na medida em que ela segura a pauta. Obviamente, até a próxima semana haverá a oportunidade de debates informais, e se for o caso, votaremos essa matéria na próxima quarta-feira. De imediato, peço que seja anunciado o próximo projeto, que é o PLCE que institui a política municipal de logística reversa e dos resíduos originários de embalagens...

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, o requerimento feito pela nobre colega era para todos os projetos que estão hoje relacionados.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O requerimento tem fundamento legal, e obviamente não nos cabe outra posição senão transferir a decisão a quem de direito, que é o plenário da Casa, a quem consulto neste momento. Há um requerimento formulado pela liderança do PSD que pede que todos os projetos priorizados para hoje sejam adiados para uma próxima oportunidade.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidente Pujol, posso esclarecer? Na verdade, no requerimento da Ver.^a Claudia já estavam incluídos os cinco projetos. O plenário já deliberou.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Assim, está acolhida a retirada da priorização por deliberação unânime do plenário, com isso cumprimos a Ordem do Dia, ou deixamos de cumpri-la por esta decisão, e já tendo sido cumprida a Pauta...

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (Requerimento) (SD): Sr. Presidente, temos uma quantidade de títulos, homenagens, datas comemorativas do calendário de nossa cidade, queria propor que a gente faça uma sessão extraordinária, ou numa quarta-feira a gente abra com esses projetos de títulos, datas comemorativas e

homenagens para liberar a pauta dos vereadores. Então pedimos para fazer uma sessão extraordinária numa quarta-feira, antes de entrar na sessão ordinária, para limpar a pauta que tem os membros desta Casa.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Cláudio Janta, me parece que, com o pequeno equívoco que eu tinha provocado anteriormente, mas o mesmo tratamento que eu pretendia dar à primeira matéria, podemos colocar para todas as matérias, deixar esse período de uma semana de hibernação processual, e se for o caso, e espero que assim o seja, na próxima quarta-feira a gente coloca diante de toda essa matéria. Há concordância? Observo que sim. Assim sendo, agradecendo a colaboração de todos, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h29min.)

* * * * *